PROPOSTA DE PESQUISA EM GRUPO

Victor Rodrigues de Oliveira

Instruções Gerais

Dever ser realizado em grupo de até 6 membros da mesma sala.

Dever ser entregue em 11/11/2025.

Dever ser encaminhado para o e-mail victoroliv.rod@ufpr.br com o assunto "Trabalho Final - Economia do Setor Público".

Deve ser entregue em formato PDF.

Todos os trabalhos devem conter de modo obrigatório

- Resumo breve do trabalho com até 200 palavras. Inclua objetivo, metodologia, principais resultados e conclusões. Palavras-chave e classificação JEL.
- Introdução
 - Objetivo do trabalho: O que você está investigando?
 - Justificativa: Por que esse tema é relevante? Qual o problema econômico envolvido? Quais evidências apontam para a relevância do problema?
 - Delimitação: Qual o recorte teórico, empírico e temporal do estudo?
 - Hipótese(s) (se houver): O que você espera encontrar?
 - Estrutura do trabalho: Breve descrição do que vem nos próximos tópicos.
- Revisão de Literatura
 - Discussão dos estudos prévios: Quais autores importantes já trataram do tema?
 - Conceitos teóricos: Fundamentos econômicos relevantes (por exemplo, teoria dos bens públicos, externalidades, etc.).
 - Conexão com o tema: Como essas obras ajudam a embasar sua análise? Há consenso ou controvérsia?
- Metodologia
 - **Estratégia empírica**: Qual é o modelo ou método que será usado (diferença em diferenças, OLS, análise descritiva, etc.)?
 - Unidade de análise: Municípios, estados, indivíduos?

- Variáveis: O que está sendo explicado (variável dependente) e o que está explicando (variáveis independentes)?
- Identificação causal (se houver): Como o estudo busca isolar o efeito da variável de interesse?

Dados

- Fonte dos dados: Ex.: RAIS, IBGE, TSE, SIOPE, etc.
- **Período analisado**: Anos ou janelas de tempo utilizados.
- Tratamento dos dados: Limpeza, filtragem, agregação, criação de variáveis.
- Estatísticas descritivas: Médias, desvios-padrão, gráficos iniciais, box-plot, gráfico de dispersão, ...

Resultados

- Apresentação dos resultados principais: Tabelas de regressão, gráficos, coeficientes estimados.
- Interpretação dos resultados: O que significam os sinais e magnitudes?
- Significância estatística: Testes e intervalos de confiança.

• Discussão

- Conexão com a literatura: Os achados confirmam ou contradizem estudos anteriores?
- Implicações econômicas: O que os resultados dizem sobre políticas públicas ou comportamentos econômicos?
- Limitações do estudo: Problemas de dados, viés de variável omitida, validade externa.

• Conclusão

- Resumo dos achados: Repetir de forma sintética o que foi descoberto.
- Contribuições do trabalho: Teóricas, empíricas, metodológicas.
- Sugestões para pesquisas futuras.

Referências

- Anexo (se houver)
 - Informações complementares: Tabelas extensas, gráficos adicionais, códigos de regressão, mapas, questionários, dicionário de variáveis.

QUALQUER REGRA DESRESPEITADA IMPLICARÁ EM CONCEITO ZERO NA AVALIAÇÃO PROPOSTA.

BENS PÚBLICOS

2.1 Objetivo Geral

Avaliar o acesso, a qualidade e os padrões de provisão de bens públicos essenciais — especialmente saúde e educação — em municípios brasileiros de diferentes portes populacionais (pequenos, médios e grandes), com foco na identificação de desigualdades, gargalos e boas práticas.

2.2 Objetivos Específicos

- Selecionar e caracterizar municípios representativos de cada porte.
- Coletar e organizar indicadores relacionados à oferta de serviços públicos de saúde e educação.
- Analisar comparativamente os municípios quanto à cobertura, acesso e eficiência na provisão desses serviços.
- Explorar as causas estruturais e institucionais das diferenças observadas.
- Discutir implicações para a equidade e eficiência na provisão de bens públicos.

2.3 Metodologia

2.3.1 Seleção dos Municípios

- · Classificação:
 - Pequenos: menos de 20 mil habitantes
 - Médios: entre 50 mil e 100 mil habitantes
 - Grandes: mais de 500 mil habitantes

· Critérios de Seleção:

- Representatividade regional (Nordeste, Sul, etc.)
- Disponibilidade de dados
- Diversidade socioeconômica

· Exemplo de municípios:

- Pequenos: São Miguel do Gostoso (RN), Nova Canaã (BA)
- Médios: Itabira (MG), Araranguá (SC)
- Grandes: Campinas (SP), Fortaleza (CE)

2.3.2 Fontes de Dados

- IBGE (Cidades@, Censo Demográfico, Atlas de Desenvolvimento Humano)
- INEP (Censo Escolar, IDEB)
- DATASUS / CNES (Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde)
- SIOPS e SIOPE (Despesas com saúde e educação)

2.3.3 Indicadores Relevantes

Educação:

- Taxa de escolarização (0 a 17 anos)
- Número de alunos por professor
- Percentual de escolas com biblioteca, internet, laboratório
- IDEB (anos iniciais e finais)

· Saúde:

- Médicos por 1.000 habitantes
- Cobertura da Estratégia Saúde da Família (ESF)
- Leitos por 1.000 habitantes
- Mortalidade infantil

2.4 Análises a Serem Realizadas

- Estatísticas descritivas e comparações diretas entre os municípios.
- Gráficos de barras e séries temporais para mostrar evolução e diferenças.
- Mapas temáticos (usando QGIS ou R) para visualização espacial da cobertura de serviços.
- Análise de correlação entre variáveis, como gasto per capita e qualidade dos serviços.

2.5 Produtos Esperados

- Relatório analítico com tabelas, gráficos e mapas.
- Discussão sobre desigualdades e implicações para políticas públicas.
- Sugestões de melhoria na gestão municipal dos serviços.
- Apresentação final com visualizações comparativas.
- Incluir variáveis fiscais (ex.: receita corrente líquida, FPM).
- Avaliar eficiência com Análise Envoltória de Dados (DEA).
- Incorporar percepção dos cidadãos com dados da PNS (Pesquisa Nacional de Saúde).

EXTERNALIDADES

3.1 Objetivo Geral

Analisar como diferentes cidades lidam com externalidades ambientais negativas associadas à urbanização, especialmente poluição atmosférica, escassez de áreas verdes e uso intensivo do solo, explorando as ações locais adotadas para mitigar esses impactos.

3.2 Objetivos Específicos

- Levantar dados ambientais urbanos em três cidades com características distintas.
- Identificar e comparar políticas públicas voltadas à sustentabilidade urbana.
- Avaliar a relação entre indicadores ambientais e nível de urbanização.
- Discutir a eficácia de instrumentos econômicos e regulatórios locais.

3.3 Cidades de Estudo (sugestão)

- Cubatão (SP): histórico de poluição industrial.
- · Curitiba (PR): referência em urbanismo sustentável.
- Anápolis (GO): cidade média em crescimento.

3.4 Fontes de Dados

- CETESB (qualidade do ar e resíduos)
- IBGE (uso do solo, densidade urbana, arborização)
- INMET (variáveis meteorológicas)

- · Secretarias municipais de meio ambiente
- MapBiomas (uso e cobertura do solo)

3.5 Indicadores Ambientais

- Concentração de poluentes atmosféricos (MP10, NO₂, O₃)
- Proporção de área verde por habitante
- Índice de arborização urbana (% de domicílios com árvores no entorno)
- Percentual de áreas impermeabilizadas
- Existência e abrangência de coleta seletiva
- Extensão de ciclovias e zonas verdes

3.6 Metodologia

- 1. Coleta de dados secundários padronizados (últimos 5 anos).
- Análise descritiva e construção de painéis comparativos.
- 3. Visualização em mapas (QGIS) e infográficos (R ou Excel).
- 4. Levantamento qualitativo de políticas locais (leis, planos diretores).
- 5. Discussão teórica sobre tipos de externalidades e instrumentos econômicos/regulatórios.

3.7 Produtos Esperados

- Relatório técnico com diagnóstico das externalidades por cidade.
- Painel comparativo com gráficos e mapas.
- Análise crítica das ações locais e recomendações de políticas públicas.
- Apresentação final com material visual claro e didático.
- Avaliação de custo social da poluição com base em literatura.
- Integração com indicadores de saúde pública (doenças respiratórias).
- Proposta de índice sintético de sustentabilidade urbana.

CICLOS POLÍTICO-ECONÔMICOS

4.1 Objetivo Geral

Investigar se há padrões de aumento nos gastos públicos em anos eleitorais em governos subnacionais, a partir da análise de séries temporais de despesas por função.

4.2 Objetivos Específicos

- Coletar dados orçamentários de um município ou estado para os últimos 10 anos.
- Identificar anos eleitorais (municipais e gerais).
- Visualizar a evolução de gastos públicos por função (educação, saúde, publicidade, obras, etc.).
- Verificar se há indícios de manipulação orçamentária com fins eleitorais.
- Discutir os resultados à luz da teoria dos ciclos político-econômicos.

4.3 Unidade de Análise (sugestões)

- Município: Salvador, Campinas ou Porto Alegre.
- Estado: Minas Gerais ou Pernambuco.

4.4 Fontes de Dados

- Portal da Transparência (municípios/estados)
- SICONFI (informações contábeis e fiscais)
- Tesouro Nacional
- TSE Tribunal Superior Eleitoral (calendário eleitoral)

4.5 Tipos de Gastos a Analisar

- Despesas com Saúde
- Despesas com Educação
- Gastos com Comunicação e Publicidade
- Gastos com Obras e Investimentos
- · Despesas com Pessoal

4.6 Metodologia

- 1. Coleta de dados anuais de execução orçamentária (últimos 10 anos).
- 2. Classificação por função/área do gasto.
- 3. Identificação visual dos anos eleitorais no gráfico (sombreamento ou marcação vertical).
- 4. Construção de séries temporais para cada tipo de gasto.
- 5. Comparação entre anos eleitorais e não eleitorais.
- 6. Discussão baseada em literatura de ciclos político-econômicos.

4.7 Ferramentas Sugeridas

- R (ggplot2) ou Python (Matplotlib/Seaborn) para gráficos.
- Excel para limpeza e organização dos dados.
- Documentação orçamentária e LDOs como fontes auxiliares.

4.8 Produtos Esperados

- Relatório com séries temporais e análise descritiva.
- Gráficos por tipo de gasto com marcações de anos eleitorais.
- Discussão crítica com base em teoria econômica e contexto político.
- Sugestões para ampliar a análise (ex.: controle por receitas, regressões).
- Ampliar para vários municípios e usar regressão com dummy para anos eleitorais.
- Incorporar variáveis de competitividade eleitoral e reeleição.
- Análise por função econômica e por esfera de governo.

INCIDÊNCIA DE IMPOSTOS

5.1 Objetivo Geral

Analisar como a carga tributária afeta diferentes grupos de renda, distinguindo entre impostos diretos e indiretos, com base em padrões de consumo e renda.

5.2 Objetivos Específicos

- Avaliar o peso dos impostos indiretos sobre os consumidores de diferentes faixas de renda.
- Utilizar dados da POF para simular o impacto de tributos indiretos sobre o consumo.
- Comparar a progressividade ou regressividade do sistema tributário com base empírica.
- Discutir o papel da política fiscal na redistribuição de renda.

5.3 Fontes de Dados

- Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) IBGE
- Receita Federal do Brasil
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

5.4 Impostos Considerados

- Indiretos: ICMS, IPI, PIS/COFINS
- Diretos: IRPF, Contribuições Previdenciárias

5.5 Metodologia

- 1. Classificação das famílias por decil de renda com base na POF.
- 2. Cálculo da participação de grupos de consumo no orçamento familiar.
- 3. Aplicação de alíquotas médias para estimar a carga tributária indireta.
- 4. Levantamento da arrecadação do IRPF por faixa de renda.
- 5. Construção de gráficos da carga tributária total por decil.
- 6. Discussão sobre justiça fiscal e regressividade.

5.6 Exemplos Didáticos

- Estimar a carga tributária da cesta básica para uma família de baixa renda.
- Comparar o impacto da compra de um bem durável (ex: TV) entre diferentes faixas de renda.

5.7 Ferramentas Sugeridas

- R ou Python para manipulação dos dados e geração de gráficos.
- Excel para apoio às estimativas.
- Publicações técnicas do IPEA como referência metodológica.

5.8 Produtos Esperados

- Relatório com gráficos comparativos da carga tributária por faixa de renda.
- Tabelas com decomposição da carga em direta e indireta.
- · Discussão crítica sobre regressividade do sistema atual.
- Sugestões de reformas ou compensações.
- Comparações com outros países da América Latina.
- Estudo do impacto de propostas de reforma tributária.
- Inclusão de tributos estaduais e municipais na estimativa.

TRIBUTAÇÃO ÓTIMA

6.1 Objetivo Geral

Analisar de forma didática os efeitos distributivos e arrecadatórios de diferentes modelos de sistema tributário — proporcional, progressivo e regressivo — com base em perfis familiares fictícios.

6.2 Objetivos Específicos

- Criar uma simulação comparativa entre modelos tributários com alíquotas diferenciadas.
- · Avaliar como a carga tributária varia conforme a renda das famílias.
- Discutir os impactos sobre eficiência (incentivos) e equidade (justiça distributiva).
- Estimular a compreensão dos princípios da tributação ótima em ambiente controlado.

- 1. Criação de perfis familiares com diferentes rendas (ex: R\$1.000, R\$3.000, R\$5.000, R\$10.000, R\$20.000).
- 2. Definição de três sistemas tributários:
 - Proporcional: alíquota única (ex: 20%) sobre a renda.
 - Progressivo: alíquotas crescentes (ex: 10% a 35%).
 - Regressivo: tributo maior sobre o consumo, afetando mais a baixa renda.
- 3. Cálculo da renda líquida e carga tributária relativa para cada perfil.
- 4. Criação de gráficos comparativos (barras ou linhas).
- 5. Análise qualitativa dos resultados com base nos princípios de equidade.

6.4 Ferramentas Sugeridas

- Planilhas eletrônicas (Excel/Google Sheets) ou scripts em R/Python.
- Gráficos e tabelas para visualização dos resultados.

6.5 Produtos Esperados

- Tabela comparativa com o imposto pago por cada família nos diferentes sistemas.
- Gráficos da carga tributária efetiva por sistema e por faixa de renda.
- Discussão crítica sobre progressividade, neutralidade e incentivos.
- Considerações sobre desenho de políticas tributárias ótimas.
- Considerar elasticidades da oferta e demanda para medir distorções.
- Adicionar benefícios governamentais para analisar o efeito líquido.
- Comparar com sistemas reais de países como Suécia, EUA e Brasil.

TRIBUTAÇÃO DO TRABALHO

7.1 Objetivo Geral

Analisar comparativamente a carga tributária sobre a folha de pagamento no Brasil e em países selecionados, investigando os efeitos dessa tributação sobre o mercado de trabalho formal.

7.2 Objetivos Específicos

- Levantar dados sobre contribuições previdenciárias, encargos e tributos incidentes sobre a folha de pagamento.
- Comparar a estrutura da tributação sobre o trabalho no Brasil com países da OCDE e América Latina.
- Avaliar implicações sobre informalidade, custo do emprego, produtividade e competitividade.
- Estimular o debate sobre alternativas para desoneração da folha e reforma tributária.

- 1. Selecionar países para comparação: Brasil, Chile, Estados Unidos e Alemanha.
- 2. Levantar dados sobre:
 - Encargos sociais e contribuições patronais (% da folha).
 - Impostos sobre o salário do trabalhador.
 - Custo total do trabalho para o empregador.
- 3. Construir indicadores como:
 - Taxa marginal total de tributação sobre o trabalho formal.

- Percentual do custo do empregador que não vai para o trabalhador.
- 4. Representar visualmente os resultados com gráficos de barras e tabelas comparativas.
- 5. Analisar a correlação com níveis de informalidade e produtividade do trabalho.

- OCDE Taxing Wages
- Banco Mundial Doing Business
- Receita Federal Relatórios de carga tributária
- · Secretarias ou Ministérios do Trabalho de cada país

7.5 Ferramentas Sugeridas

- Excel, R ou Python para compilação e visualização dos dados.
- Utilização de gráficos comparativos para facilitar a análise.

7.6 Produtos Esperados

- Tabela comparativa da tributação sobre folha de pagamento.
- Gráficos da carga total sobre o trabalho formal por país.
- Discussão analítica sobre efeitos da tributação na empregabilidade.
- Considerações sobre propostas de desoneração da folha e suas consequências.
- Análise da distribuição dos encargos entre empregador e empregado.
- Inclusão de dados sobre produtividade e competitividade.
- Simulação de cenários de reforma tributária com base em outros modelos.

FEDERALISMO FISCAL

8.1 Objetivo Geral

Analisar a atuação das transferências intergovernamentais no Brasil, especialmente aquelas provenientes do governo federal, como instrumento de redução das desigualdades regionais entre os entes subnacionais.

8.2 Objetivos Específicos

- Identificar o peso das transferências federais (FPE, SUS, FUNDEB) nas receitas estaduais.
- Comparar a capacidade de arrecadação própria dos estados e a dependência relativa das transferências.
- Avaliar se os mecanismos de equalização fiscal contribuem efetivamente para maior equidade territorial.
- Relacionar os dados com indicadores socioeconômicos das regiões.

8.3 Metodologia

- 1. Selecionar 4 estados de diferentes regiões: Maranhão, São Paulo, Bahia e Rio Grande do Sul.
- 2. Levantar dados dos últimos 5 anos sobre:
 - Receita própria estadual.
 - Valores recebidos via FPE, transferências do SUS, FUNDEB.

3. Calcular:

Percentual da receita total oriunda de transferências federais.

- Receita per capita própria e total.
- 4. Produzir gráficos comparativos (barras, linhas e mapas).
- 5. Relacionar os dados com indicadores de desigualdade regional.

- Tesouro Nacional SICONFI (https://www.tesourotransparente.gov.br/)
- IBGE Indicadores Regionais (https://www.ibge.gov.br/)
- Portais estaduais de transparência

8.5 Ferramentas Sugeridas

- Excel, R ou Python para análise estatística.
- ggplot2, geobr e dplyr no R para visualizações e mapas.

8.6 Produtos Esperados

- Tabela comparativa de receitas por estado.
- Gráficos com o peso relativo das transferências federais.
- Discussão crítica sobre o modelo atual de federalismo fiscal.
- Sugestões de aperfeiçoamento nos critérios de redistribuição.
- Análise do FPM e da situação fiscal dos municípios.
- Simulação de alternativas nas fórmulas de transferência.
- Estudo da relação entre transferências e desempenho na prestação de serviços públicos.

SUBSÍDIOS E RENÚNCIAS FISCAIS NO BRASIL

9.1 Objetivo Geral

Investigar o papel dos subsídios e das renúncias fiscais no orçamento público brasileiro, avaliando seu custo fiscal, seus objetivos declarados e sua efetividade.

9.2 Objetivos Específicos

- Identificar os principais tipos de renúncias fiscais e subsídios.
- Quantificar o volume total de gastos tributários nos últimos anos.
- Avaliar a distribuição setorial das renúncias.
- Discutir a eficiência, equidade e transparência dessas políticas.

- 1. Levantamento dos dados nos Relatórios de Gastos Tributários da Receita Federal.
- 2. Classificação dos incentivos por tipo, setor beneficiado e finalidade.
- 3. Construção de gráficos:
 - Evolução do total de gastos tributários (
 - Barras por setor ou tipo de renúncia.
- 4. Análise crítica da efetividade e dos impactos fiscais.
- 5. Debate sobre possíveis reformas e alternativas de focalização.

- Receita Federal Relatório de Gastos Tributários
- Tesouro Nacional Relatórios Fiscais
- Instituto Fiscal Independente, IPEA, TCU

9.5 Ferramentas Sugeridas

- R, Python ou Excel para gráficos;
- Canva ou TikZ para esquemas visuais;
- Power BI para dashboards interativos (opcional).

9.6 Produtos Esperados

- Gráfico da evolução dos gastos tributários;
- Gráfico da distribuição das renúncias por setor;
- Quadro de resumo com finalidade e custo de cada política;
- Discussão crítica com base nos princípios de eficiência e equidade.
- Comparação internacional com países da OCDE;
- Simulação do impacto fiscal da eliminação de subsídios ineficientes;
- Discussão sobre gasto tributário como substituto de gasto direto.

Avaliação de Impacto das Parcerias Público-Privadas (PPPs) em Infraestrutura

10.1 Objetivo Geral

Analisar o impacto das Parcerias Público-Privadas (PPPs) na qualidade e expansão de serviços públicos de infraestrutura, comparando com a gestão pública direta.

10.2 Objetivos Específicos

- Identificar e selecionar projetos de PPP em setores como saneamento, transporte e iluminação pública;
- Avaliar indicadores de desempenho antes e depois da concessão;
- Comparar com regiões similares onde o serviço é gerido diretamente pelo setor público.

- 1. Escolher ao menos dois casos de PPP em infraestrutura urbana;
- 2. Coletar dados sobre indicadores de cobertura, custo, eficiência e satisfação;
- 3. Construir grupos de controle para comparação (municípios ou regiões sem PPPs);
- 4. Analisar contratos e eventuais riscos fiscais envolvidos;
- 5. Discutir os efeitos observados em termos de eficiência e equidade.

- Banco Nacional de PPPs (Ministério da Economia);
- BNDES, ANA, ANTT, SNIS;
- Relatórios dos Tribunais de Contas e CGU;
- IBGE (PNAD), portais de transparência locais.

10.5 Ferramentas Sugeridas

- R ou Python para análise de dados e visualizações;
- QGIS para mapas geográficos de cobertura;
- Planilhas, dashboards ou relatórios interativos.

10.6 Produtos Esperados

- Gráficos e mapas comparando antes/depois da PPP;
- Relatório com indicadores e recomendações;
- · Análise crítica dos benefícios e limitações das PPPs;
- Sugestões de aprimoramento em contratos e regulação.

Transparência e Open Data: Avaliando o Impacto das Plataformas Digitais no Controle Social dos Gastos Públicos

11.1 Objetivo Geral

Investigar como a adoção de plataformas digitais de transparência pública influencia o controle social, a eficiência na aplicação dos recursos e a percepção de confiança da população nas instituições públicas.

11.2 Objetivos Específicos

- Mapear municípios e estados que adotaram plataformas digitais de prestação de contas;
- Avaliar mudanças nos indicadores fiscais e de eficiência antes e depois da adoção;
- Analisar pesquisas de opinião sobre confiança pública e percepção de corrupção;
- Investigar a correlação entre transparência digital e melhoria nos serviços públicos.

- 1. Seleção de municípios com sistemas de open data implementados recentemente;
- Levantamento de dados orçamentários e indicadores de políticas públicas antes e depois da adoção;
- 3. Utilização de pesquisas de opinião pública e análise qualitativa (entrevistas);
- 4. Análise quantitativa via modelos econométricos e análise de conteúdo;
- Discussão do papel das tecnologias digitais na eficiência e democracia.

- Portais de Transparência governamentais;
- IBOPE, Datafolha e outros institutos de pesquisa;
- Tesouro Nacional e SICONFI;
- Bases acadêmicas e redes sociais para análise de conteúdo.

11.5 Ferramentas Sugeridas

- R e Python para análise de dados e econometria;
- Técnicas de text mining e análise de redes sociais;
- Dashboards interativos para visualização.

11.6 Produtos Esperados

- Relatório analítico dos efeitos da transparência digital;
- Visualizações gráficas e mapas da evolução dos indicadores;
- Boas práticas para implementação e engajamento da sociedade civil;
- Discussão crítica dos desafios do open data no setor público.

Economia do Setor Público e Mudanças Climáticas: Avaliação Econômica de Políticas de Mitigação e Adaptação

12.1 Objetivo Geral

Avaliar os impactos econômicos e sociais das políticas públicas focadas na mitigação das emissões de gases de efeito estufa e na adaptação às mudanças climáticas, considerando custos, benefícios e desafios de implementação.

12.2 Objetivos Específicos

- Identificar as principais políticas públicas brasileiras voltadas ao clima, como energia renovável, reflorestamento e saneamento;
- Avaliar custos e benefícios econômicos dessas políticas, incluindo efeitos sobre emprego e desigualdade;
- Analisar mecanismos de financiamento público e privado para ações climáticas;
- Estudar o papel do setor público na promoção da resiliência climática em comunidades vulneráveis.

- 1. Revisão bibliográfica sobre políticas climáticas e economia ambiental;
- 2. Coleta de dados sobre gastos públicos, indicadores ambientais e socioeconômicos;
- 3. Aplicação de modelos de avaliação econômica, como análise custo-benefício e impacto fiscal;

- 4. Estudo de caso de políticas específicas em estados ou municípios;
- 5. Discussão sobre trade-offs entre desenvolvimento econômico e sustentabilidade ambiental.

- Ministério do Meio Ambiente, IBAMA e Ministério da Economia;
- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES);
- Relatórios do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas;
- IBGE e bases socioeconômicas diversas.

12.5 Produtos Esperados

- · Relatório analítico com avaliação econômica e fiscal das políticas climáticas;
- Gráficos e tabelas ilustrando custos e benefícios das ações;
- Recomendações para políticas públicas eficazes e sustentáveis;
- Discussão dos desafios institucionais e financeiros para implementação.

Efeitos Econômicos da Reforma Previdenciária no Mercado de Trabalho Brasileiro

13.1 Objetivo Geral

Investigar os efeitos da reforma previdenciária aprovada em 2019 sobre o mercado de trabalho brasileiro, com foco em emprego formal, informalidade, idade de aposentadoria e desigualdade salarial.

13.2 Objetivos Específicos

- Avaliar mudanças na taxa de emprego formal e informal antes e depois da reforma;
- Analisar variações na idade média de aposentadoria e na expectativa de vida laboral;
- Examinar impactos sobre diferentes grupos demográficos (sexo, renda, setor econômico);
- Discutir implicações para a sustentabilidade fiscal e a proteção social.

- 1. Análise de séries temporais com dados do PNAD Contínua e RAIS;
- 2. Aplicação de modelos econométricos para avaliar causalidade e controle de variáveis;
- Comparação entre diferentes estados e setores econômicos para identificar heterogeneidades;
- 4. Revisão da literatura e discussão dos trade-offs da política previdenciária.

- PNAD Contínua (IBGE);
- RAIS (Ministério do Trabalho);
- Ministério da Economia e INSS para dados previdenciários;
- Estudos acadêmicos e relatórios governamentais.

13.5 Produtos Esperados

- Relatório técnico com evidências quantitativas sobre os impactos da reforma;
- Gráficos e tabelas ilustrando mudanças em emprego, aposentadoria e informalidade;
- Discussão crítica sobre políticas públicas para aperfeiçoamento da previdência;
- Apresentações para seminários e workshops acadêmicos.